

PERCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Gabriela Simão Maioque (PIBIC/CNPq), Daniele de Andrade Ferrazza (Orientadora).
E-mail: ra123594@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Psicologia/Psicologia Social.

Palavras-chave: violência doméstica; CAPS; Atenção Psicossocial.

RESUMO

O objetivo da pesquisa foi analisar como profissionais da equipe de saúde de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) compreendem o fenômeno da violência de gênero e atendem mulheres em situação de violência doméstica. Para tanto, o presente estudo qualitativo exploratório foi dividido em dois momentos. No primeiro, foi realizada a revisão da literatura feminista sobre o tema, no segundo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro profissionais do serviço de saúde e produzido quatro categorias de análise, sendo elas: “Percepções dos profissionais acerca da violência doméstica”; “Condutas no atendimento e cuidado às mulheres em situação de violência no CAPS”; “Conhecimento acerca da Lei Maria da Penha, notificação compulsória e políticas públicas destinadas às mulheres”; e “Trabalho intersetorial do CAPS com a Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulheres”. Conclui-se que se perpetuam discursos que produzem a violência institucional ao invisibilizar a violência de gênero, fomentado pelo desconhecimento acerca das políticas públicas e leis voltadas aos direitos de mulheres. Assim, insta a necessidade de capacitações e formação de profissionais de saúde para atendimento às mulheres em situação de violência.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado no ano de 2025, a violência contra mulheres em todos os âmbitos vem crescendo a cada ano. No ano de 2024, 30% das brasileiras sofreram algum tipo de violência, o que representou um aumento de 19% nos números de feminicídio consumado e tentado e foram registrados 260 mil casos de agressões em contexto de violência doméstica. No que diz respeito ao agressor, em 79,8% dos casos o feminicídio foi cometido por parceiro ou ex-parceiro íntimo, com destaque para o fato de que 64,3% dos casos ocorrerem dentro da própria casa (FBSP, 2025).

No entanto, Pedrosa e Zanello (2017) constatarem um lapso entre a lei e a prática nos serviços públicos, uma vez que os profissionais da saúde demonstram desconhecimento a respeito das leis e dos dispositivos legais de proteção e assistência às mulheres. Além disso, entende-se que a violência doméstica é

produtora de adoecimento psíquico para mulheres que a vivenciam. Entretanto, tanto na esfera social quanto dentro dos serviços de saúde, a percepção que se tem das mulheres em situação de violência doméstica é muitas vezes desqualificadora, de forma que o sofrimento é entendido de forma desvinculada da violência de gênero.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa qualitativa exploratória foi desenvolvida em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS III) de um município no interior do estado do Paraná. No primeiro momento, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema da violência contra mulheres. No segundo momento, foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas com profissionais da equipe multidisciplinar de um CAPS III em um município no norte do Paraná: uma psicóloga, um enfermeiro, uma terapeuta ocupacional e uma assistente social. As entrevistas foram gravadas e transcritas de acordo com o consentimento das/os entrevistadas/os. Após a transcrição, foram construídas quatro categorias temáticas.

Insta pontuar que a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Maringá (UEM) (CAAE: 68739223.6.0000.0104 e número do parecer de aprovação: 6.064.977) e seguiu as Diretrizes e Normas que regem as pesquisas envolvendo seres humanos determinada pela Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Percepções dos profissionais acerca da violência doméstica

Os profissionais entrevistados sinalizaram que as principais demandas apresentadas por homens atendidos no CAPS são em relação ao trabalho e aos problemas no casamento, enquanto as queixas das mulheres estão ligadas a diversas situações de violência. Os trabalhadores entrevistados também apontaram que mulheres são o principal público atendido no serviço, o que evidencia a percepção do CAPS enquanto local de escuta e acolhimento.

Contudo, existe a concepção de que as mulheres são mais “queixosas”, consideração que precisa ser problematizada, como pontuam Pedrosa e Zanello (2017), ao comentarem sobre a desqualificação e naturalização do sofrimento relatado pelas usuárias, no lugar de produzir estratégias de acolhimento realizado pelos profissionais do serviço. Evidencia-se, portanto, uma naturalização de práticas e discursos violentos contra as mulheres, como a redução do sofrimento ao diagnóstico ou sintoma psicopatológico, o que também pode ser compreendido enquanto consequência da violência de gênero.

2. Condutas no atendimento e cuidado às mulheres em situação de violência no CAPS

Profissionais entrevistados afirmaram acreditar que a violência contra mulheres é qualquer forma de violência que se dê não apenas em âmbito familiar, e destacaram

que as marcas físicas são um indicativo claro para o levantamento da hipótese de violência doméstica, entretanto, não é o único fator levado em consideração. Além disso, salientam o papel da atuação multiprofissional para um cuidado integral das usuárias do serviço, de modo a utilizar estratégias como a visita domiciliar para esclarecimento de questões que não ficaram nítidas durante o acolhimento de uma mulher em situação de violência.

No entanto, todos os profissionais afirmam que não possuem capacitação acerca da temática da violência doméstica e que não há um protocolo de atendimento às mulheres que a vivenciam, o que dificulta o processo de acolhimento. Apesar da falta de capacitação, profissionais pontuaram o atendimento humanizado, estímulo ao pensamento crítico e o acompanhamento do caso a partir de diversas modalidades de atendimento enquanto condutas adequadas em casos de violência doméstica. Em contrapartida, percebe-se discursos de culpabilização da mulher, a imposição de valores pessoais, ainda que alguns entrevistados pontuem esse tipo de atuação como inadequada.

3. Conhecimento acerca da Lei Maria da Penha, notificação compulsória e políticas públicas destinadas às mulheres

Apesar de a Lei Maria da Penha representar um dispositivo essencial para a proteção de mulheres em situação de violência, os profissionais entrevistados demonstraram pouco conhecimento sobre a legislação.

O conhecimento acerca da lei é baseado no senso comum, o que pode favorecer a incompreensão acerca da definição de violência doméstica, bem como de suas tipificações em violência física, psicológica, moral, patrimonial e sexual. Por conseguinte, Lira e Castro (2022) apontam que a naturalização do sofrimento e o distanciamento das mulheres do serviço de saúde são fomentadas a partir da não identificação da violência decorrente do desconhecimento acerca desta. Ademais, o preenchimento da ficha no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) ainda é uma prática fragmentada no serviço, muitas vezes desvinculada de sua finalidade. Além disso, em muitas ocasiões houve relatos de que a notificação compulsória se confundia com a denúncia.

4. Trabalho intersetorial do CAPS com a Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulheres

Acerca da intersectorialidade no contexto do atendimento às mulheres em situação de violência, os profissionais destacaram que realizam encaminhamentos principalmente aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), às Unidades Básicas de Saúde (UBS) e ao Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM). Além disso, destacaram a importância do acompanhamento do caso mesmo após a realização dos encaminhamentos necessários para outros serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulheres.

CONCLUSÕES

Apesar de reconhecerem a violência como uma das principais demandas das mulheres que frequentam o serviço de saúde mental, as percepções dos profissionais acerca da temática ainda são permeadas por discursos que reforçam estigmas de gênero e naturalizam práticas violentas. Além disso, a ausência de capacitação acerca da violência de gênero pode comprometer o atendimento de mulheres usuárias do CAPS. Assim, considera-se imprescindível que os profissionais estejam fortalecidos teoricamente para assegurar uma atuação que evite a invisibilização e reprodução das violências.

A ausência de conhecimento sobre a Lei Maria da Penha e de informações sobre a notificação compulsória pode dificultar a identificação da violência, bem como, culminar em riscos de incorrer em práticas de violência institucional, visto que os saberes se baseiam no senso comum em detrimento do âmbito legislativo.

Assim, a análise das percepções e conhecimentos de profissionais acerca da violência doméstica vivenciada por mulheres atendidas no CAPS estudado é de suma importância para o enfrentamento da violação de direitos a qual essas mulheres foram submetidas. Nesse ínterim, a presente pesquisa, apesar de suas limitações, pode contribuir para que novos estudos aprofundem os debates sobre a capacitação e qualificação dos profissionais para o atendimento às mulheres, a constituição de protocolos de atendimento aos casos de violência doméstica de usuárias de CAPS, assim como, o diálogo intersetorial diante de encaminhamentos aos serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, de modo a romper com a reprodução de padrões patriarcais-coloniais tradicionais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro e incentivo à pesquisa, fundamentais para a realização deste trabalho. Além disso, expresso minha profunda gratidão à Professora Dra. Daniele de Andrade Ferrazza, minha orientadora, pela orientação competente e pela confiança depositada em mim ao longo do processo, que foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/279>. Acesso em: 5 ago. 2025.

LIRA, K. F. S.; CASTRO, R. V. Percepções de profissionais da saúde sobre violência contra as mulheres. **Psicologia e Saúde**, v. 14, n. 1, p. 107-122, jan./mar. 2022.

PEDROSA, M.; ZANELLO, V. (In) visibilidade da violência contra as mulheres na saúde mental. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, p. 1-8, 2017.